

REVISTA DE ANTROPOLOGIA

Vol. 3.º

Junho de 1955

N.º 1

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACÊRCA DA ESTRUTURA SOCIAL DO POVO PORTUGUÊS *

Jorge Dias

Professor da Universidade de Coimbra

Na tese que apresentamos ao I *Colloquium* de Estudos Luso-Brasileiros¹, pretendemos fazer uma síntese breve dos elementos fundamentais da cultura portuguesa. Mostramos então que a chamada cultura nacional não é um somatório das diferentes culturas regionais, mas uma integração destas, visto ela resultar da atividade cultural de indivíduos saídos das diferentes áreas do país. Tendo em vista uma síntese, focamos exclusivamente a chamada cultura nacional, que em Portugal se apresenta bastante homogênea, e pusemos de lado as culturas regionais, muito variadas e que dariam um quadro excessivamente heterogêneo.

Como hoje nos propomos tratar simplesmente alguns aspectos sociais do povo português, usaremos de um método diferente, analisando de preferência as populações regionais sincrônicamente, visto estas nos poderem explicar muitos dos comportamentos da personalidade básica portuguesa — que estudaremos mais tarde. Os múltiplos arcaísmos, preservados em regiões menos acessíveis do país, permitem estudar a evolução da sociedade portuguesa atual, onde persistem fortes resíduos de atavismo cultural, como num quadro diacrônico.

Antes de entrar na matéria, devemos dizer que a sociedade portuguesa atravessa em nossos dias uma fase de enorme transformação, mercê dos progressos da técnica e do rápido desenvolvimento industrial dos últimos decênios, e até como consequência das medidas tomadas no sentido de sustar ou orientar essa transformação. Contudo, são ainda bastante nítidas certas características tradicionais, que lhe conferem fisionomia própria no conjunto das nações européias, resistindo bastante ao desgaste violento de certos agentes modernos².

Família nuclear

Começando por analisar a família, base de toda a sociedade humana, notamos que a família nuclear vai ganhando cada vez mais terreno sobre a família grande multifuncional, predominantemente do tipo patriarcal, ainda muito freqüente no norte do país. Os progressos da

* — Comunicação ao II *Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, reunido em São Paulo, 12-18 de setembro de 1954.

família nuclear devem-se ao aumento do proletariado nas regiões urbanas e industriais, ou às influências cosmopolitas — sobretudo na capital. Mas pode-se dizer que o fator mais decisivo é a quebra dos laços com a terra³.

Para o sul do Tejo, o tipo dominante e tradicional é a família nuclear, bem individualizada. Razões de ordem histórica e natural explicam esta distinção entre o norte e o sul do país, distinção que aliás se verifica em outras formas de vida, como por exemplo no sentimento religioso⁴.

No sul deram-se alterações profundas do povoamento primitivo com a invasão árabe e a guerra de reconquista. As doações de terras feitas pelos soberanos aos nobres e ordens religiosas, aliadas às condições de solo, morfologia e aridez do Alentejo, deram origem a um tipo de propriedade — o latifúndio — e de ocupação humana muito diferente dos do norte⁵. Certas regiões do Alentejo têm mesmo características de terras de colonização recente. Canhestros, por exemplo, em Ferreira do Alentejo, é hoje uma aldeia com alguns centos de habitantes, que, praticamente, não existia há uns cinquenta anos. Fizemos lá um inquérito pormenorizado e verificamos que as famílias atuais são oriundas de famílias algarvias ou de outras vindas de vários pontos do Alentejo⁶.

Encontramos aí menor coesão social, falta de vínculos familiares para além da família nuclear, e laços menos fortes entre o indivíduo e a comunidade. Julgo que a explicação destes fatos reside na circunstância da esmagadora maioria dos rurais alentejanos não possuírem terra e serem meros assalariados. Entre os grandes proprietários nota-se uma acentuada tendência capitalista, que se sobrepõe aos sentimentos de família extensa dominantes no norte. A vontade de aumentar a fortuna faz com que muitos tenham poucos filhos — às vezes só um. Os casamentos de um herdeiro único com uma herdeira única contribuem para uma acumulação de propriedades cada vez maiores nas mãos de poucos, caso não raro em nossos tempos. Contudo, parece que outrora, antes da valorização de muitas terras alentejanas pelo emprêgo de adubos químicos, os proprietários lavradores não estavam dominados pela mentalidade capitalista e reinava também em muitas casas um certo espírito patriarcal que abrangia parentes e criadagem que viviam sob o mesmo teto. Dêsse tempo não muito distante ficaram ainda vestígios em várias famílias, de forma que as relações entre patrões e criados, ou entre proprietários e lavradores são por vezes de tipo humano, familiar e não inteiramente postas num plano frio de interesses.

Porém a situação tende a agravar-se rapidamente, e aos antigos laços de respeito e mútua compreensão tendem a substituir-se atitudes interesseiras que, por vezes, podem conduzir a conflitos por enquanto latentes.

São várias as razões que explicam esta evolução. Em primeiro lugar está o rápido aumento da população rural — fenómeno geral em todo país — aqui mais grave do que em outras províncias pelo fato de a agricultura alentejana não exigir cuidados constantes mas só periódicos, não haver uma indústria que absorva os excedentes humanos, e ainda pela falta de emigração. A baixa emigração de alentejanos para o estrangeiro tem levado alguns autores a defender a tese lírica do apêgo do homem à terra, por influência da planície na psicologia dos habitantes daquela província. Porém, um inquérito, que fizemos em algumas regiões do Baixo Alentejo, deu resultados muito diversos. Um grande número de rapazes novos respondeu que gostaria muito de emigrar, mas que não tinha dinheiro para as passagens⁷. De fato, o alentejano ou tem uma situação desafogada e então não pretende emigrar — os que emigram por pura aventura são muito raros entre gente do povo — ou é um assalariado que vive do dia a dia e não pode fazer economias que lhe permitam pagar uma viagem para a África ou para o Brasil. Não é por ter apêgo à terra que o alentejano não emigra, mas por impossibilidade financeira de a abandonar. Dentro da província é freqüente o alentejano deslocar-se à procura de trabalho até concelhos distantes.

Em segundo lugar o conflito resulta do maior espírito de ganância do proprietário, que opõe os seus interesses capitalistas aos interesses dos rurais. Em parte isto é uma consequência das tendências da época, mas a situação agravou-se com o emprêgo dos adubos químicos que permitiram arrotear imensos hectares de terra que até então eram mata-gais quase improdutivos e pela aquisição de terras feita por cidadãos enriquecidos com os negócios fáceis das duas últimas guerras. De início, os trabalhos de arroteamento e as primeiras colheitas em terras quase virgens trouxeram um período de grande prosperidade. Esta prosperidade contribuiu para o aumento rápido da população, mas o cansaço das terras, a erosão de algumas e o recrudescimento do espírito capitalista, mal habituado aos grandes lucros, deu lugar a problemas sérios, que ainda tendem a agravar-se com a mecanização da agricultura. A situação, em si, não é extremamente grave, pois há várias soluções para êstes problemas. Contudo julgo que nenhuma delas modificará a tendência cada vez mais nítida para a individualização da família nuclear. A solução dos problemas pode tornar mais cordiais as relações, mas não me parece possível modificar as tendências sociais que se observam naquela província.

Os laços de parentesco são menos fortes e extensos do que no norte, o que não quer dizer que as relações entre homem e mulher não sejam harmoniosas e duradouras, apesar da grande percentagem de ligações naturais⁸.

As relações entre filhos e pais são respeitadas, mas o pai está longe de ter o ascendente sôbre a família que tem no norte. Os filhos, bas-

tante mimados pelas mães, dispõem com freqüência de grande parte do seu salário, emancipando-se cada vez mais da tutela paterna, o que contribui para afrouxar os laços do agregado familiar. Em contrapartida, o compadrio estabelece laços sociais apertados, que compensam a falta de vínculos de parentesco entre parentes mais afastados. Os laços entre compadres chegam a ser mais fortes e sagrados do que aquêles que unem parentes afastados entre si⁹. Pode dizer-se que o compadre é uma instituição social de importância fundamental nalguns lugares desta província, o que merece estudo mais pormenorizado pelo desenvolvimento que assumiu nalgumas regiões do Brasil¹⁰. As relações entre compadres, freqüentes entre proprietários e rendeiros e entre êstes e assalariados, servem para estabelecer uma rêde de relações de tipo familiar, de indiscutível utilidade social.

Em grandes extensões do Alentejo são poucos os trabalhos mistos, predominando a divisão sexual do trabalho. Por várias razões as crianças não costumam acompanhar os pais para o campo e ficam nas aldeias sob a vigilância materna. Talvez como consequência da separação do trabalho dos adultos nota-se também uma certa separação sexual da infância. — Esta resulta um pouco do ideal de educação das mães, que nalguns lugares deixam os rapazes correr aventuras à sôlta, enquanto que as filhas são mais vigiadas e aprendem com a mãe trabalhos domésticos. Esta separação acentua-se pela vida fora. Nesta província é mesmo freqüente alguns chefes de família viverem nos montes (casas de lavoura) ou andarem com os gados e só virem a casa aos fins de semana.

Apesar da superioridade econômica do homem, cujo salário é maior — como aliás em todo o país — não se pode dizer que êste tenha sempre superioridade social. No Alentejo há mesmo inúmeros vestígios de matriarcado¹¹. A mulher, sendo o elemento estável da aldeia, termina por ser o elemento preponderante, razão por que se podem observar formas de matrilinearidade e matrilocidade em várias regiões alentejanas. Nalguns lugares, quando um jovem casal não tem residência própria, é o noivo que vai residir para a casa da família da mulher¹².

Segundo Picão, na região de Elvas, um casal nunca adota as crianças de parentes do marido. Adota com mais freqüência as crianças do irmão da mulher e mais raramente os da irmã da mulher. Recebe um pai ou irmão inválido da mulher, mas não os do homem¹³. É também freqüente acrescentar-se ao nome de batismo o nome da mãe e não o do pai; noutros lugares podem acrescentar os dois¹⁴.

Picão conta também certos costumes de agressividade feminina em relação a qualquer transeunte do sexo masculino, quando se realizam lavouras feitas por grupos de mulheres¹⁵, que impressionam pela semelhança com os descritos por Malinowski relativamente às mulheres das ilhas Trobriand¹⁶. De resto isto é o resultado de sondagens locais e os

nossos atuais conhecimentos não permitem generalizar a tóda região o que acabamos de salientar.

No Algarve, as condições naturais, determinam um quadro humano diverso do de Alentejo. O povo é aqui mais vivo, tagarela e comunicativo do que no Alentejo, mas os laços de parentesco não são mais fortes nem mais extensos do que naquela província. A terra dividida torna possível a existência de muitos pequenos proprietários que acumulam com freqüência várias atividades, visto o rendimento da terra ser insuficiente. O aumento da população não determina aqui as grandes crises que apontamos no Alentejo. O homem acumula o trabalho da terra com a pesca e o comércio. A indústria de conservas absorve alguns excedentes humanos que não encontram subsistência no trabalho da terra. Mas se a pressão demográfica se faz sentir, o algarvio tem recursos para emigrar e não raras vêzes o faz definitivamente e não o título temporário, como é o caso da gente do norte¹⁷. Nas épocas das grandes lavouras alentejanas, sobretudo nas ceifas, o algarvio parte em grandes bandos a ajudar a ceifar o pão do Baixo Alentejo, donde regressa com um pequeno pecúlio.

A mulher tem grande preponderância social. É ela que trabalha os pedaços de terra, onde tem suas hortas e pomares, e é ela que vende os produtos nos mercados próximos. Nos casos em que os homens estão ausentes, porque emigraram, ela dirige todos os negócios da casa com verdadeira maestria. Aqui a separação dos sexos não é freqüente; a promiscuidade é maior, a religiosidade é baixa como no Alentejo e nalguns lugares quase nula.

A família extensa e a aldeia comunitária

Em flagrante contraste com estas formas de vida social rapidamente esboçadas, estão as províncias situadas ao norte do Tejo. Conforme se caminha para o norte o quadro social transforma-se progressivamente. Os laços familiares multiplicam-se, o agregado familiar apresenta-se forte e, com freqüência, a família extensa sobrepõe-se à família nuclear.

A família extensa está de certo modo relacionada com formas sociais de raízes comunitárias, enquanto que a família nuclear, pelo simples fato de ser um elemento universal das sociedades humanas, nos aparece nas regiões sem tradição comunitária, ou naquelas onde a evolução social e, determinada pelos progressos da técnica, pela industrialização e pelo desenvolvimento da vida urbana — que afinal é uma consequência destes dois últimos fatores — a enfraqueceu ou suprimiu.

Verifica-se assim maior densidade da família extensa nas regiões montanhosas e planálticas do norte, onde existem vestígios nítidos de comunidade semi-autárcica de feição comunitária, e diminuição progres-

siva para o sul, onde quase se não encontram vestígios comunitários para além do Tejo, se excetuarmos algumas formas de compáscuo para além Guadiana, ou cabradas coletivas na serra algarvia, principalmente no Caldeirão.

Para se compreender bem a família extensa, geralmente de tipo patriarcal, freqüente no norte do país, e os laços de tipo familiar tão extensos e complicados, é necessário estudar as comunidades de tradição comunitária, semi-autárquicas, ainda preservadas em nossos dias. Em regiões privilegiadas pelo isolamento e com grandes tratos de terreno próprios para o pastoreio, ainda se encontram hoje comunidades excepcionalmente preservadas, onde o etnólogo pode estudar, como num laboratório, formas de organização social cujas raízes mergulham no clã proto-histórico.

Os casos mais preservados em nossos dias, da antiga tradição comunitária, são Vilarinho da Furna¹⁸ e Rio de Onor¹⁹. O seu estudo permite-nos encontrar a explicação para um certo número de formas de tendências associativas, de auxílio mútuo e trabalho por favor, freqüentes em várias regiões do país. Embora êstes sejam mais freqüentes nas regiões serranas e planálticas do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, nem por isso se podem ignorar em regiões menos arcaizantes e até onde domina a propriedade capitalista, como é o Baixo Minho.

Nas comunidades típicas, acima apontadas, existe ainda hoje uma disciplina comunitária rigorosa, e, se bem que integradas dentro do corpo nacional, apresentam uma forte individualidade que as coloca, de fato, numa situação de semi-independência.

Tomemos como exemplo Rio de Onor, situado mesmo na fronteira norte do país, a 27 kms. de Bragança. Esta comunidade pode considerar-se uma espécie de democracia representativa. Todos os anos, no dia 1.º de Janeiro, os vizinhos reunidos num largo da aldeia elegem dois duúnviros encarregados de parte do poder legislativo e do poder executivo, chamados *mordomos*.

Ao lado dos mordomos funciona uma câmara consultiva e legislativa, chamada *al conseio*. Os mordomos nunca têm poder absoluto. Tôdas as questões susceptíveis de dividir as opiniões são postas em votação. Chamam êles a isto *botar piêdras*.

Os mordomos exercem o seu mandato durante um ano. Mas se algum dêles fôr pouco eficiente e cometer faltas graves, *al conseio* pode propor a sua expulsão, que se faz por votos. Quando isto sucede, é expulso e paga uma multa *al conseio*.

Al conseio é formado por todos os vizinhos que têm gados no *Couto* (prados comunais). É, portanto, uma espécie de aristocracia ganadeira organizada democraticamente.

A organização assenta nas propriedades comuns. Há três tipos de propriedade comum: o *Monte* (tôdas as terras bravias, que servem de

pasto ao gado caprino e ovino e para aproveitamento de lenhas e carvões); os *Coutos* (prados naturais, com uns cinco quilômetros de extensão, situados ao longo das margens do rio, onde pasta o gado vacum); as *Roçadas* (terras de sementeira ainda não repartidas, onde se semeia centeio periodicamente para fins coletivos, por meio de roçada e queimada).

O rionorês apresenta hoje uma economia agro-pastoril, mas a economia pastoril sobrelevava de longe a agrícola até há poucos decênios. Certas descobertas de técnica agrária tiveram repercussão profunda na vida rionoresa.

Tudo nesta sociedade está previsto e organizado. Para todas as funções existem cargos próprios, muitas vezes assinalados por insígnias tradicionais. Na administração da justiça, *al conseio* julga, aplica multas e faz policiamento. Os bens da igreja, a organização das festas, as obrigações de vigilância e defesa dos interesses comuns, etc., são periodicamente distribuídos. São sempre cargos temporários que, em geral, duram um ano e ninguém se lhes pode eximir. Para o desempenho de cargos extraordinários ou de curta duração são nomeados indivíduos cujas qualidades sejam consideradas as melhores para a boa execução da função. O homem indigitado ou nomeado para desempenhar um destes serviços fortuitos ou curtos chama-se o *homem de rodra*. O homem de rodra pode desempenhar funções múltiplas, que vão desde a de guarda da água, durante a noite, até às de técnico ou de diplomata, para tratar dos assuntos da coletividade junto das autoridades em Bragança — outrora tinha mesmo uma roupa própria, que era pertença da comunidade.

Esta velha organização é ainda hoje eficiente. Sempre prontos a discutir todas as sugestões e a apoiá-las sem discutir, uma vez que estas tenham sido aprovadas pela maioria, conseguem coisas extraordinárias. Nos últimos decênios construíram um moinho novo de tipo diferente dos até então usados, levantaram uma ponte de pedra de três arcos, fizeram um estradão duns quinze quilômetros, compraram várias máquinas agrícolas (tararas, pulverizadores e malhadeira), plantaram uns milhares de castanheiros e centos de noqueiras e macieiras. Mas não fica por aqui. Qualquer nova invenção que lhes possa trazer vantagem, estudam-na, e, se der resultado, adotam-na imediatamente. Como a despesa é suportada por todos e as aquisições são propriedade do *conseio*, não é difícil adquirirem coisas a que aldeias, com casas muito mais ricas, são obrigadas a renunciar. Por isso são hoje numerosos os edifícios públicos construídos pelo esforço coletivo, nesta pequena povoação.

O que mais espanta nesta comunidade, além da sua alegria exuberante e harmonia social, é a extraordinária fraternidade que reina entre todos. Aquêles centos de indivíduos parecem uma família, sempre prontos a ajudarem-se uns aos outros e a tolerarem com benevolência as fraquezas alheias. Este espírito de solidariedade leva-os a observar curiosas

formas de seguro mútuo, em casos de acidente ou de desgraça. No outono de 1946, quando as colheitas já estavam recolhidas, deu-se um incêndio em casa de um vizinho que, de um dia para o outro, se viu na mais completa miséria. *Al conseio* reuniu, e os *mordomos* ratearam por cada um, segundo as suas posses, o que deviam dar ao sinistrado. Os prejuízos calculados em 10.000\$00 (para eles o dinheiro tem um valor muito grande) foram pagos em grão, batata, feijão, feno, roupas, madeiras, dinheiro e ajuda no trabalho de reconstrução. Pode dizer-se que recebeu o que tinha perdido, e a sua vida continuou na mesma, como se nada tivesse sucedido²⁰.

A unidade básica da estrutura social rionoresa não é propriamente a família nuclear, mas a casa, isto é, o conjunto de haveres que servem de sustento à família extensa. A casa deve ficar indivisa, pois só assim se mantém a família também indivisa, visto a casa ser a base de sustentação familiar.

Para que a casa se mantenha una, é necessário que só se case um dos filhos varões do casal. Quando o chefe de família começa a sentir-se velho, consente no casamento de um dos filhos, em geral o primogênito. Este continua a viver em casa dos pais com a mulher e os filhos. Os irmãos e irmãs mantêm-se celibatários e ajudam nos trabalhos do campo e da casa, com a exceção de alguma rapariga que tenha casado e viva com a família do marido. Desta maneira podem viver sob o mesmo teto três gerações: o chefe da família, com os irmãos e irmãs celibatários, e a mulher, os filhos do casal, a mulher de um destes e os respectivos filhos. Tal quadro raras vezes se apresenta tão completo, porque os casamentos são tardios e os filhos que sobrevivem não são muito numerosos. A partir da guerra de 1914-18 a influência do exterior, sobretudo como consequência do serviço militar obrigatório, quebrou a tradição, e alguns filhos não respeitaram os usos e costumes e constituíram família à parte. Isto deu como resultado surgirem várias famílias que não cabem dentro da organização de *al conseio*, que se baseia num número mais ou menos fixo de vizinhos, de acordo com a capacidade de produção de feno dos *Coutos*.

Se bem que Rio de Onor seja o caso mais típico, não faltam vestígios mais ou menos preservados desta tendência em muitas regiões do norte do país.

Ao analisarmos a organização das sociedades comunitárias atuais, encontramos possivelmente a raiz das várias formas de vida social peculiares ao norte de Portugal. Nas sociedades comunitárias mais puras, como Rio de Onor, nós temos ainda o sentimento de estarmos perante uma só família. Aliás, o clã proto-histórico devia basear-se na consangüinidade²¹, e os laços de parentesco que uniam todos os membros do clã são hoje os laços de fraternidade que unem os vizinhos de uma aldeia comunitária.

A pouco e pouco, como consequência do aumento demográfico, parte da propriedade coletiva, que servia de base ao clã proto-histórico, acabou por se fragmentar e dar lugar à propriedade individual. Este fenómeno foi sobretudo rápido e nítido nas regiões diretamente romanizadas. Nos recantos do nordeste do país, menos acessíveis e, portanto, mais preservados de influências estranhas, a evolução tem-se feito mais lentamente e representa um produto da própria evolução do organismo social, isto é, de dentro para fora, embora se não possa negar a importância de influência exterior.

No caso de Rio de Onor, estamos perante um curioso exemplo de transição, onde se observam duas fases nítidas. Por um lado a organização comunitária, que assenta em três tipos diferentes de terras comunais, que servem para dar coesão à comunidade e para lhe impor normas severas de disciplina, por outro lado as famílias extensas, que, sendo as células da comunidade, constituem já por si agregados independentes, cuja sobrevivência assenta na posse de bens de raiz próprios e transmissíveis. Por enquanto ainda não há conflito entre os interesses familiares e os interesses coletivos, porque a sábia organização equitativa e a preocupação de não deixar aumentar as famílias, mantendo o equilíbrio demográfico, o têm evitado. Porém, a não observância destas regras e o aparecimento de famílias marginais, que se tem verificado nos últimos decênios, dará o golpe de misericórdia na organização, como já tem sucedido noutras regiões espanholas vizinhas.

Êstes dois princípios que aqui observamos: primeiro, o de fraternidade viva com sentido de assistência mútua e cordialidade espontânea; segundo, a tendência a conservar a casa indivisa, como base do agregado familiar, vão-nos aparecer em muitas regiões do país sob formas atenuadas ou modificadas e chegam mesmo a dar uma certa feição a toda a vida social portuguesa²².

Morgadio

A preocupação de não dividir a casa, isto é, aquilo a que se pode chamar o sistema de morgadio, mantém-se até hoje em várias regiões do país, apesar de a lei não reconhecer direitos de morgadio²³.

Nas sociedades de tradição comunitária atuais, regra geral situadas em regiões serranas, com uma área reduzida de terras boas de cultura e extensões bravias de pastos comunais de gado miúdo, a coesão mantém-se graças à necessidade de aproveitamento das pastagens comuns. Nas regiões onde os bens comunais eram constituídos por solos férteis, a apropriação individualista do solo fez-se mais rapidamente, mesmo em regiões de criação de gados, como é o caso das Terras de Miranda²⁴. A luta permanente das famílias pela posse de terras resulta de um sentimento comum a todos os que vivem de agricultura. Enquanto o pastoreio é a forma de economia predominante e a agricultura só existe subsidiária-

mente, para sustentação da família, a gula pelas terras está adormecida. Mas logo que se dá a mutação econômica e a agricultura se torna a atividade predominante, a ambição da terra não para.

Nalgumas províncias, como em Trás-os-Montes (Terra Fria), tal mutação começou a dar-se nos fins do século XIX, e daí para cá tem sido rápido o processo de apropriação individualista do solo, apesar de ainda existirem casos isolados, como Rio de Onor, onde se mantém viva a secular organização comunitária.

Uma vez constituída uma propriedade privada, a grande preocupação é aumentá-la e nunca deixá-la repartir. Nas regiões pobres e serranas, que se estendem do Soajo, pela Amarela e Gerês até ao Barroso e depois de atravessar a Veiga de Chaves se prolongam ao longo da fronteira pelo norte dos concelhos de Vinhais e de Bragança, são frequentes as soluções que descrevemos em relação a Rio de Onor; a liberdade de reprodução fica reduzida a um único filho varão de cada família, e os restantes membros do agregado familiar colaboram no amanho das terras e arranjos domésticos sem se multiplicarem. Este sistema duro explica-se pela dificuldade de expansão em regiões pobres, onde não há mais terras de pão a explorar. Noutras regiões serranas da Beira, como a Serra de Montemuro, não era raro encontrarem-se famílias com idéias místicas e avêssas ao matrimônio, o que contribuía igualmente para um certo equilíbrio demográfico.

Porém, em regiões com mais recursos, como no Barroso, no Minho e até na Maia, mesmo nos arredores da cidade do Porto, a tendência a manter a casa indivisa subsiste, mas as soluções são mais variadas.

No Barroso o pai escolhe um filho para seu sucessor e procura favorecer os outros encaminhando-os de preferência para a vida sacerdotal²⁵, ou para profissões liberais, ou ajudando-os a emigrar. Não é caso raro que irmãos obrigados a perder os seus direitos sobre a terra continuem a ajudar o irmão lavrador e os sobrinhos, em vista ao engrandecimento da propriedade. Há exemplos de alguns filhos celibatários emigrarem para o Brasil, África, França ou Estados Unidos e daí ajudarem a consolidar a casa paterna. Outras vezes procuram constituir eles próprios uma família independente e vão enviando durante anos dinheiro para os parentes lhes irem comprando terrenos na terra natal. Quando atingem o objetivo desejado, regressam e dedicam-se à administração dos seus bens.

Nas terras da Maia, hoje fortemente influenciadas pela cidade do Porto, que estende até ela os seus tentáculos, e em franca via de industrialização, dá-se ainda o mesmo fenómeno. A casa de lavoura procura manter-se a todo o custo indivisa. Os filhos que não podem ficar senhores da casa, são ajudados pelos pais até conseguirem uma carreira liberal, ou uma situação no comércio ou na indústria. A emigração é também com frequência uma das soluções adotadas.

A tendência a manter indivisa a casa, só se refere à casa agrícola e não a outros bens de fortuna. Informaram-nos de que na Maia há famílias que, a par da antiga casa da lavoura, desenvolveram pequenas ou importantes indústrias, bem mais lucrativas do que a exploração da terra. Pois em alguns casos, o primogênito herdou a casa da lavoura, conforme a tradição, enquanto que os mais novos foram beneficiados, recebendo a fábrica muito mais valiosa.

A relação que existe entre a família e a casa da lavoura é ainda muito viva, e nos casos em que ela já não tem a importância econômica que teve para os antepassados, é ainda uma grande fonte de prestígio. Muitas famílias que vivem na cidade, onde têm posições importantes, não deixam de manter as suas antigas casas de lavoura, no Minho, em Trás-os-Montes ou na Beira, regra geral entregues a caseiros e onde só vão passar um curto período no verão. É freqüente ver a relação que existe entre a casa de campo e certas preocupações aristocráticas²⁶. Por isso os cidadãos enriquecidos, e que procuram conquistar prestígio, adquirem quintas na província. É também uma preocupação de certos pais de tendências aristocráticas deixarem uma quinta a cada filho. Conheço algumas famílias no Porto, que fazem esforço enorme para que cada filho tenha a sua quinta no Minho.

Embora haja a idéia de que a quinta constitui sempre um refúgio e uma base de subsistência no caso de desastre financeiro ou de grande crise econômica, e não seja alheia à posse de quintas um certo fundo capitalista, pode-se dizer que o apêgo atávico à terra e o prestígio que lhe anda associado é o fator fundamental, pois o dinheiro colocado no comércio e na indústria rende mais do que na lavoura — sobretudo êste tipo de lavoura rotineira, feita por caseiros.

É curioso observar-se que a unidade da casa de lavoura continua intimamente relacionada com a unidade familiar. Porém, enquanto que nas sociedades comunitárias a casa albergava a família extensa²⁷, a família que daí resulta é aquilo a que podemos chamar a grande família patriarcal.

Esta luta pela posse de terras faz-se de duas maneiras: ou surribando terrenos incultos e conquistando novas terras para a agricultura, que até então eram maninhas, ou à custa dos menos hábeis e menos felizes, que foram obrigados a desfazer-se dos seus haveres.

Em muitas regiões os antigos proprietários são hoje caseiros, ou procuraram outras atividades para subsistir, enquanto que outros mais ativos e hábeis vão aumentando as suas terras. Em certas regiões, como aquelas que apontamos, o forte apêgo à terra tem evitado a grande divisão da propriedade que em certas regiões do Alto Minho se pulveriza de maneira confrangedora. Em algumas regiões, onde a tradição da apropriação individualista do solo é muito antiga e coincide com um enorme aumento demográfico, a propriedade atomizou-se de maneira extra-

ordinária. Nestas regiões, há por vêzes o costume de repartir por cada filho, não a propriedade, mas cada parcela que a constitui. Um pai com cinco campos e cinco filhos, pode deixar a cada um, uma quinta parte de cada campo. Isto tem trazido prejuízos enormes para a economia daquelas regiões, apesar do caráter equitativo que apresenta aos olhos abstratos do jurista.

Estas duas tendências determinam uma variedade enorme de tipos familiares, que vai desde a família nuclear do proletário agrícola sem bens de raiz, até ao pequeno e médio proprietário agricultor, cuja família se apóia firmemente na tradição patriarcal, ou ao grande proprietário absentista, cujas tendências patriarcais são ainda bastante nítidas.

Falamos na família patriarcal embora a importância social da mulher seja muito acentuada no Minho e em algumas regiões de outras províncias. Mas regra geral, o chefe da família é quem costuma pôr e dispor e a família acata respeitosamente as suas decisões.

A família grande patriarcal conserva as características da família extensa, quanto à manutenção da casa indivisa, mas os laços de parentesco complicam-se e alargam-se de maneira nova e desconhecida na sociedade comunitária. Na sociedade de feição fortemente comunitária, os laços que unem todos os membros da comunidade — os vizinhos — são tão fortes, que não se nota diferença de tratamento entre os parentes que não fazem parte da mesma casa e os outros vizinhos. Na realidade as sociedades comunitárias funcionam praticamente como uma só família. Porém, nas famílias patriarcais o caso é muito diferente. Nessas famílias grandes, além do agregado familiar propriamente dito, os criados, criadas, moços de lavoura e parentes próximos e afastados estão unidos por laços de estreita e íntima solidariedade. É certo que estes casos puros vão de dia para dia diminuindo, mas não faltam exemplos curiosos a atestar a sua vitalidade.

Mesmo nas maiores cidades, sobretudo do norte do país, são frequentes os casos de famílias grandes patriarcais, quer vivendo sob o mesmo teto, ou, sobretudo, mantendo laços estreitos apesar de habitarem casas independentes.

Conheço famílias no Porto, de pessoas de várias profissões e classes sociais que, quando os filhos casam, fazem pressão para que continuem a viver na casa dos pais. Embora a regra seja não haver conflitos e reinar aparentemente harmonia, o hábito de obediência ao chefe de família impede o desenvolvimento normal da vida dos novos casais, sobretudo quando estes são mais diferenciados pela educação do espírito. Outras vêzes, os pais abastados constroem várias casas juntas, e os novos casais com seus filhos mantêm permanente contacto entre si.

Nestas famílias há casos de criados serem considerados pessoas de família. Ainda este ano houve uma família em Coimbra que pôs luto por morte de uma criada. As criadas velhas vão ficando pela casa a

fingir que trabalham, e criadas novas vêm fazer o serviço que elas já não podem executar. Embora a carestia da vida vá tornando tais situações difíceis e cada vez mais raras, são ainda freqüentes as casas com 3 e 4 serviçais, podendo em casos raros ir mais além. Conheço casas onde filhos naturais das criadas foram educados à custa dos patrões e, até mesmo um caso, onde além da educação da filha da criada se fêz a do neto até a sua colocação.

As relações entre os membros da família são quase sempre muito íntimas e não raras vêzes exclusivas. Pais e filhos, irmãos e irmãs, tios e sobrinhos, primos e primas, formam rêdes apertadas e confusas, onde um estranho dificilmente penetra. Em muitas destas famílias os encontros são freqüentes. Nos aniversários de todos, do mais velho ao mais novo, reúne-se tôda a família e não raro algumas criadas de meninos. As festas principais do ano, Natal, Ano Novo, Páscoa, servem sempre de pretexto para encontros, que costumam ter como centro de atração a refeição. As pessoas costumam ser convidadas para almoçar, jantar ou tomar chá, e, à volta da mesa e de abundantes iguarias, decorre a festa de família, que depois se prolonga em longas conversas à volta da mesa, ou noutras salas, quando se trata de classes mais elevadas.

Nas férias é também freqüente encontrarem-se muitos parentes nos mesmos lugares. Ou vão passar todos temporadas nas quintas uns dos outros, que não raro são na mesma região ou pelo menos na mesma província, ou alugam todos casas na mesma praia. As senhoras e as crianças passam os dias juntos, indo os homens em geral à cidade tratar dos seus afazeres e regressando ao fim da tarde, quando se trata de gente do Porto, ou então ficam também com as famílias se são de outros pontos da província.

Esta tendência tão arraigada na gente do norte, a manter um grande agregado familiar e conservar-se fechada ao convívio de estranhos, tem impedido o desenvolvimento, próprio da nossa época, das casas com apartamento. Mesmo a cidade do Porto é tipicamente uma cidade onde as famílias costumam viver em casas independentes.

As relações sociais fora da família são raras. A maior parte dos homens têm as suas relações masculinas que encontram nos cafés, ou nos escritórios, mas as famílias não se dão. Mesmo os colegas de certos organismos superiores, inclusivamente os professôres universitários, embora sejam excelentes amigos, as famílias raras vêzes costumam visitar-se.

Até em Lisboa, apesar de uma vida mais cosmopolita e do hábito de viver em apartamento, ainda se observam vestígios destas formas de vida que imperam no norte.

O hábito de conviverem muito entre si, e de se fecharem bastante ao convívio com estranhos, tem como consequência os casamentos consanguíneos ou entre parentes por afinidade. Conheço uma família no Porto,

onde se casaram nestas condições nada menos do que dez pessoas da mesma geração.

Estas famílias costumam também ajudar-se na vida prática e nos negócios, chegando alguns a estender o seu poder a certos setores de atividade da cidade onde vivem, ou mesmo mais longe. O conceito de família é muito grande, e podem considerar-se parentes primos muito afastados, cujos laços de sangue já mal se compreendem.

Relações extra-familiares

O compáprio também tem a sua importância e é uma maneira de pessoas de classe inferior conseguirem proteção de pessoas mais bem situadas. É freqüente a gente do campo pedir ao proprietário da quinta-senhorio para êle ou qualquer dos seus filhos lhe batizar um filho, ou tôda a prole. Eestreitam-se assim os laços entre as classes, e além de os padrinhos terem de dar foliar e presentes ao afilhado, têm ainda a obrigação moral de o ajudar mais tarde em quaisquer dificuldades, ou de lhe conseguir emprêgo, etc. Hoje o compáprio tem menos importância, mas restam vestígios sobretudo nas relações entre afilhados e padrinhos. Nas famílias mais abastadas os tios e tias são muitas vêzes padrinhos e é costume não só o afilhado, mas todos os irmãos dêste ficarem a chamar padrinho e madrinha aos tios que forem padrinhos de um dêles. Entre a gente da classe média e classe superior não é usual o chamamento de compadre e comadre; nas classes populares ainda é freqüente em algumas regiões do norte.

Entre as populações rurais do norte, onde se perdeu a tradição comunitária, ou onde não há vestígios dela, as relações entre vizinhos da mesma freguesia costumam ser cordiais. Além dos encontros na adro da igreja aos domingos, ou nos terreiros das festas e romarias, entre os habitantes de regiões cujo povoamento é disperso e, portanto, se não encontram cotidianamente, é ainda freqüente o costume de desempenharem muitos trabalhos em comum, por simples troca ou torna-geira. São bastantes os trabalhos do campo feitos por numerosos grupos de vizinhos, que não têm outra remuneração além de umas refeições melhoradas e a certeza de que os outros também irão ajudá-lo no dia em que êle os convoque para tal. Nas antigas vessadas com arados de rodas de pau, que exigiam várias juntas, não só vinham os vizinhos ajudar à lavrada, como ainda traziam o gado que fôsse necessário.

Êstes trabalhos feitos em comum são uma fonte de alegria, onde não faltam risos e descantes, de maneira que as pesadas tarefas se desempenham mais facilmente e mais depressa.

Se no meio dos trabalhadores estão alguns que não possuem bens, e vivem do aluguel dos seus braços — os chamados jornaleiros — está claro que recebem então o salário estipulado.

A persistência dêste auxílio mútuo, que se observa particularmente vivo nas comunidades semi-autárquicas de feição comunitária, mas também em regiões de propriedades grande e média, de tipo capitalista, como é o caso do Baixo Minho, mostra a vitalidade da tradição.

É certo que há vários fatores, entre êles o econômico, que contribuem para que tais costumes se mantenham. O fato de se tratar de populações rurais que dispõem de pouco dinheiro, mas onde não faltam os gêneros para alimentar grande número de pessoas é, de certo modo, uma das razões da manutenção do costume, mas não é menos importante o aspecto sócio-psicológico tão vincado nestas populações, sempre dispostas a conviver, folgar em comum e colaborar com o seu semelhante.

Tenho observado e registrado em segunda mão imensos casos demonstrativos da tendência da gente do povo para ajudar o seu semelhante em qualquer circunstância, sem pensar em remuneração. Mesmo amigos meus estrangeiros, a quem estas coisas chocam mais por inesperadas, me têm contado casos curiosos que atestam a vitalidade duma feição de espírito que é a pedra angular da sociedade comunitária e se não perdeu ainda em populações, onde predomina há muito a apropriação individualista do solo e até a exploração indireta da terra.

Deve dizer-se que durante muitas gerações as relações entre o proprietário da terra e o camponês que a agricultura — eram de tipo perfeitamente humano, quando não familiar. As gerações de proprietários e de caseiros sucediam-se e as rendas eram bastante maleáveis. Embora se fixasse um quantitativo, o senhorio perdoava tanto de pão e de feijão se o ano tinha sido demasiado sêco e a produção fôra baixa, ou ajudava em caso de doença, etc. Nestas circunstâncias a estima e o respeito mútuos eram o fundamental nas relações entre ambas as partes. Porém, as duas guerras permitiram que muita gente fizesse fortunas fáceis e muitos novos ricos ambiciosos de prestígio compraram quintas a antigos proprietários arruinados pelas grandes convulsões econômicas. Êstes novos proprietários quiseram impor a sua mentalidade capitalista nos contratos com os caseiros. Primeiro exigindo um juro proporcional ao capital que empregaram sem compreender que o rendimento da terra é baixo; segundo não querendo investir capitais em obras de fomento, por que gastavam por vêzes grossas somas nas construções de prédios, portões e muros para satisfação da vaidade. Êstes casos contribuem para que as antigas relações não tenham o mesmo caráter familiar em muitas regiões, embora noutras ainda se vá mantendo e agüentando, apesar das tendências gerais de nossos dias.

Esta gente do noroeste é regra geral mais alegre, muito dada à música, ao canto e à dança, e bastante amiga de arraiais e romarias. A diferença social entre homem e mulher não é grande, embora haja diferenças locais importantes. No Minho a mulher faz grande parte dos trabalhos de campo, chegando a lavrar mesmo a terra e a malhar o milho. Nas pequenas vilas e cidades ela também pode gerir os negócios da famí-

lia. A mulher faz grandes caminhadas a pé, de carroça ou nos transportes coletivos, para ir comprar ou vender. No caminho pode parar para entrar numa taberna, onde manda deitar um copo de vinho, para acompanhar o naco de broa e a sardinha assada que traz consigo para merenda.

No Beira Litoral e Douro Litoral observa-se o mesmo, mas em Trás-os-Montes e partes da Beira já predomina o homem nos trabalhos de campo e na atividade comercial, embora a mulher colabore mais ou menos, conforme os usos da terra e a necessidade.

Esta mulher, capaz de enfrentar tôdas as eventualidades da vida, com coragem e alegria, liberta o homem para outras atividades, e é assim que nós o vemos emigrar periódicamente para o Porto e Lisboa como trabalhador; sobretudo pedreiro, trôlha e pintor; ou a longo prazo, ou definitivamente para o estrangeiro.

Enquanto que na classe popular as diferenças sociais e culturais entre homem e mulher são pouco acentuadas, na classe média existe diferença enorme. Pode mesmo falar-se com propriedade de uma cultura masculina e de uma cultura feminina.

Ao contrário da vida do campo, onde rapazes e raparigas brincam e trabalham juntos até a idade adulta, na cidade a separação dos sexos é muito acentuada. Hoje em dia essa separação vai sendo um pouco menor, porque já há muitas raparigas que estudam ou se empregam.

Apesar dessa mutação enorme dos costumes da classe média, está-se nitidamente numa fase de transição entre os velhos hábitos tradicionais e as tendências que resultam da vida moderna. Na geração mais antiga, a separação entre os interesses do homem e da mulher era muito grande e quase geral. A mulher educada em família, depois de ter frequentado a instrução primária e pouco mais, especializava-se em labores, trabalhos domésticos e culinária. A sua educação exclusivamente visava a vida doméstica e um dos cuidados da família e dela própria era arranjar casamento. A pouca convivência limitava bastante o campo de escolha, mas as famílias procuravam levar as filhas no verão a certos lugares, prais, termas, etc., onde era possível surgir um pretendente.

Uma vez começado o namôro, se êste não era da família, os encontros faziam-se de noite da rua para a janela. Em casos raros — pais condescendentes, e janelas com grades — o namôro podia fazer-se nas janelas do rez-do-chão, do contrário namorava-se da rua para o primeiro ou segundo andares. Estes namoros ainda freqüentes há uns 20 anos estão hoje em nítido recuo, se bem que ainda haja alguns casos.

Se a rapariga por qualquer circunstância não casava, continuava a viver com os pais e por morte dêstes ficava a cargo de um irmão ou de qualquer parente. Só no caso de herdar uma fortuna que lhe desse independência, podia pensar em fazer vida própria, o que era muito raro, a não ser quando se tratava de várias irmãs, ou irmãos, que faziam vida todos juntos.

Não tendo fortuna era sabido que a família tinha de aguentar com o encargo. Esta tia²⁸ procurava ajudar nos trabalhos domésticos, ponteava a roupa, olhava pelos meninos pequenos, esforçando-se por não ser pesada. Mas só em casos extremamente raros é que poderia surgir a necessidade de procurar um emprêgo fora de casa. Ainda hoje, para muitas famílias, a necessidade de empregar uma parente é considerada como um vexame. Há uns dois ou três anos, na cidade do Porto, um industrial que tem um parente ao seu serviço, fêz pressão para êste convencer a filha solteirona a abandonar um emprêgo, onde se sentia feliz, dizendo que não lhe ficava bem ter uma prima empregada²⁹.

Nestas condições o cuidado de casar as filhas é uma grande preocupação dos pais, sobretudo da mãe. Uma senhora, dona de uma quinta nos arredores de Guimarães, dizia-me uma vez: — Felizmente empreguei muito bem as minhas filhas, são muito felizes com os seus maridos. Vemos aqui como empregar aparece no sentido de casar, tendo bem patente o aspecto econômico da questão.

Como disse, estamos numa fase de transição. Hoje os pais procuram dar uma carreira às filhas, a fim de as tornar independentes. O hábito de sair para freqüentar as aulas ou ir ao emprêgo deu mais desenvoltura às mulheres, que antigamente nunca saíam sem ser acompanhadas. Porém, nota-se a dificuldade de se libertarem dos padrões tradicionais. Nas Universidades, por exemplo, os rapazes e as raparigas tendem a formar grupos à parte e quando um rapaz e uma rapariga se começam a dar mais, é raro que essas relações se não transformem em namôro³⁰. Não sabem conviver como camaradas, indiferentes ao sexo, como sucede em muitas regiões da Europa.

Nos cafés os homens continuam a constituir a maioria esmagadora e mesmo nos cinemas êles estão em grande maioria. Só nas casas de chá, que últimamente vão sendo mais numerosas, predominam as mulheres, embora o sexo forte não deixe de se fazer representar.

Nas casas de família, também sucede que, depois das refeições, os homens e as mulheres constituam dois grupos à parte, cada um discutindo assuntos diversos, conforme os seus interêsses.

Esta separação dos sexos, que a pouco e pouco se vai atenuando, relaciona-se com a concepção de amor absoluto em geral partilhado por ambas as partes. Esta concepção de amor absoluto refere-se sobretudo à mulher. Uma rapariga que tenha tido um namôro longo e sério, que por qualquer razão se rompeu, já pode ter dificuldade em casar, por mais irrepreensível que tenha sido a sua conduta. Se esta conduta não é irrepreensível, então as probabilidades de casar serão muito diminutas.

Uma tal concepção de amor torna o homem ciumento e em certos casos desconfiado. Contudo as raparigas, bem integradas nos padrões gerais da sociedade, dão poucos motivos de preocupação e são muito seguras na sua conduta, que desde tenra infância lhes é inculcada pelas mães.

Na gente do povo tôdas estas formas de comportamento se encontram grandemente atenuadas, por diferentes condições de vida, embora algumas existam em potência e possam mesmo passar a ato. Mas a forte dose de bom senso do camponês nortenho impede quase sempre que a vida descambe em excessos ou exageros, assim como é mais tolerante para qualquer fraqueza.

NOTAS

(1) Jorge Dias, "Os elementos fundamentais da cultura portuguesa" in "Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies", 1950. Washington, 1953.

(2) É de fato notável a resistência que o povo português opõe à força niveladora que resulta da industrialização e da mecanização. O cinema e a facilidade de transporte que põem povos muito diversos em contacto, não têm afetado profundamente as classes que mais diretamente se beneficiam desses aspectos da civilização moderna. As pessoas vêem estrangeiros, vêem films, mas no fundo os tomam como pura ficção e não formas de vida. Podem adotar peças de vestuário, gestos, etc., mas é tudo exterior e formal. As necessidades profundas que determinam essas formas exteriores escapam-lhes quase que inteiramente. Contudo, a pouco e pouco, a grande corrente que passa vai transformando não só as margens, mas também o leito e o curso do rio.

(3) De fato a família extensa, no sentido rigoroso da palavra, só existe entre nós quando aquela se encontra diretamente vinculada à terra de seus antepassados e da qual tira o sustento.

(4) Vários autores têm verificado esta diferença de religiosidade entre o norte e o sul, chegando alguns a atribuí-la a diferenças raciais. Quanto a mim, as razões de ordem econômico-social são mais importantes do que as possíveis diferenças de tradição cultural; já para não falar na diferenciação racial, que é absurda.

(5) É evidente que a um quadro natural, agrário e econômico, tão diverso, devia corresponder uma estrutura social diferente daquela que apresenta o norte.

(6) Este inquérito iniciado por mim, Fernando Galhamo e Mariano Feio, foi feito por sugestão deste último, que depois o completou e continuou noutras aldeias alentejanas, mas ainda não foi publicado.

(7) Não foi um inquérito sistemático, mas fizemos as mesmas perguntas a muitos rapazes de várias regiões do Baixo Alentejo, e a resposta sempre foi do mesmo tipo.

(8) Ver Paul Descamps, *Le Portugal, la vie sociale actuelle*. Paris, 1935, pág. 193.

(9) Além das minhas observações pessoais, confirmam esta opinião Paul Descamps, *ob. cit.*, pág. 192-193 e José da Silva Picão, *Através dos Campos*, (2.^a ed.). Lisboa, 1947, págs. 143-144.

(10) A importância do campadrio no norte de Portugal é bastante grande, contudo não conheço casos tão complexos como os descritos por

Picão na região de Elvas. Embora a emigração alentejana para o Brasil tenha sido insignificante nas últimas gerações, não sabemos se no período colonial não teria havido senhores alentejanos que tivessem levado para o norte do Brasil homens da sua região para trabalharem nas roças e fazendas.

(11) Naturalmente que não tomo aqui a expressão matriarcado no sentido rigoroso da palavra. Quero simplesmente referir-me a um certo número de práticas que são manifestações de superioridade social da mulher, ou revelam analogias com formas de cultura fortemente influenciadas pela mulher.

(12) Paul Descamps, ob. cit., págs. 191-192.

(13) José da Silva Picão, ob. cit., págs. 135-137.

(14) Paul Descamps, ob. cit., pág. 192.

(15) José da Silva Picão, ob. cit., págs. 92-93.

(16) Bronislaw Malinowski, *La vie sexuelle des sauvages du nord-ouest de la Mélanésie*. Paris. Payot, 1930, págs. 263-265. É claro que a semelhança só existe num plano vago de tendências e não no das realizações brutais.

(17) A tendência geral do habitante do norte é a de emigrar para fazer dinheiro e regressar à sua terra natal. Depois as circunstâncias modificam por vêzes os planos iniciais. Porém, o algarvio emigra com frequência a título definitivo. — Ver Paul Descamps, ob. cit., pág. 179.

(18) Jorge Dias, *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*. Porto, 1948.

(19) Jorge Dias, *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*. Porto, 1953.

(20) Jorge Dias, *Rio de Onor, cit.*, pags. 160-161.

(21) Joaquim de Carvalho, *A cultura castreja, sua interpretação sociológica*, separata do n.º 99 da *Rev. do Ocidente*, de julho de 1946, pág. 17.

(22) A nação portuguesa tem muito o caráter de uma grande família. Aquêles que viajou bastante nota a maneira natural e espontânea com que qualquer português se dirige a outro completamente desconhecido, se sabe ser português. Consideram-se todos como sendo da mesma grande família, coisa desconhecida entre muitos outros povos.

(23) Esta mesma tendência foi muito freqüente noutras regiões da Europa e não representa uma particularidade portuguesa.

(24) Vergílio Taborda, *Alto Trás-os-Montes*. Coimbra, 1932, págs. 158-159.

(25) Daqui o dito corrente no Barroso: “Não há casa boa, sem gado nem c’roa” (coroa, por padre).

(26) Em muitas regiões, sobretudo no Minho, a gente do campo chama fidalgo (filho de algo) ao proprietário de terras, sobretudo ao que vive na cidade.

(27) As designações de família extensa, assim como de família nuclear adotamo-las do trabalho de George Peter Murdock, “*Social Structure*”. New York, 1949. Por me parecerem as mais claras e de valor geral.

(28) Ainda hoje se diz *ficar para tia*, quando qualquer rapariga não casa.

(29) Aliás isto era assim em relação aos homens há coisa de um século. Trabalhar era uma coisa infamante. Na gente do campo ainda hoje perdura esta opinião em relação aos chamados fidalgos. Para o camponês o fidalgo é um senhor que não precisa de trabalhar — é certo que o camponês não considera trabalho o que não for feito com o corpo. Mas ainda há hoje, na provincia, pequenos proprietários, que vivem quase pior que os seus caseiros, mas que se não sujeitam a trabalhar por uma questão de prestígio. Em certas regiões de Espanha êste fenómeno encontra-se ainda mais exagerado do que em Portugal.

(30) O mesmo succede em Espanha, e também como lá existe hoje o hábito desagradável de andar de braço dado, em sinal de apropriação.